



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

11. JUSTIÇA ELEITORAL

BRASILIA, 6 DE AGOSTO DE 1965.

NO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.

Pela terceira vez tenho a honra de comparecer a êste Egrégio Tribunal. Na primeira, encareci a satisfação com que o Govêrno, dentro do propósito de aperfeiçoar a democracia brasileira, receberia a contribuição da experiência desta Casa para elaborar os projetos que mandaria ao Congresso Nacional, estabelecendo novas normas para a vida dos partidos políticos e para a prática eleitoral.

A fim de atender a tal solicitação, Vossas Excelências recolheram a maior soma possível de sugestões e ensinamentos, mobilizando todos os elementos da Justiça Eleitoral nas diversas regiões do País.

Depois assisti a uma das reuniões dos presidentes dos Tribunais Regionais, e vi então o alto nível dos debates para a elaboração dos anteprojetos daquelas leis. Assim, ao tempo em que o Govêrno buscava outros setores culturais, inclusive os próprios partidos políticos, para bem informar-se sôbre o assunto, trouxeram Vossas Excelências a valiosa colaboração, que tanto contribuiu para os projetos submetidos ao Legislativo. Podemos, pois, dizer que para o preparo dos importantes diplomas legais concorreram os três Poderes da República. Todos êles igualmente interessados no constante aperfeiçoamento das instituições. E não há negar que representam notáveis marcos de nossa evolução política, nos quais tem tão grande relêvo a ação e compreensão dêste Tribunal.

Mas, se há que louvar aquela cooperação, também não há que omitir a grande parte que caberá à Justiça Eleitoral na execução de ambas as leis, que sômente pela sua adequada aplicação

poderão ganhar o aprêço nacional. E se aqui estou para agradecer a valiosa cooperação e assegurar o ânimo que nos inspira quanto a um entrosado trabalho com a Justiça Eleitoral, também desejo expressar a confiança do Govêrno na maneira por que serão encarados os problemas suscitados pela nova legislação.

Quanto mais graves as horas de um país, maiores as responsabilidades dos que têm alguma parcela de decisão e poder. E ninguém ignora que o Brasil ainda se não recuperou totalmente dos males que fundamente lhe ameaçaram a própria sobrevivência como nação soberana. Temos, pois, porfiado em bem cumprir o programa do Govêrno, que é pela Revolução, a fim de que os seus ideais sejam propagados, cumpridos e projetados no futuro. Com êsse objetivo, combatemos a inflação, carregamos recursos e esforços para o desenvolvimento, e tudo fazemos para o fortalecimento da democracia. Cremos que o bem-estar geral de que nos fala a Constituição sòmente será conseguido lançando-se o Govêrno, simultâneamente, por êsses três caminhos, finalidades primordiais da Revolução. Não é demais solicitarmos e esperarmos que nos ajudem na tarefa, que sòmente a união de todos os responsáveis poderá levar a bom têrmo.

A honesta aplicação da legislação eleitoral e dos partidos representa a boa prática da democracia e também apoio à recuperação financeira e econômica do Brasil. Daí a grande missão da Justiça Eleitoral no aperfeiçoamento político do País, ainda hoje diante de perigosas encruzilhadas, que ficarão, no entanto, mais distantes na medida em que contribuirmos para vencer os obstáculos existentes.

Sempre que os povos dão um decisivo passo à frente em direção ao progresso, devem, necessariamente, contar com a oposição dos inconformados, em geral beneficiários de um estado de coisas já superado, e dispostos a lançar mão de todos os meios, para retornarem ao gôzo de posições e privilégios. E eleições más é um dos meios por que imaginam fazer o Brasil regredir a um passado que jamais ressuscitará.

Ainda agora, e ao contrário do que seria de desejar, vimos sinais de violências praticadas por elementos cujo objetivo não é

pròpriamente o pleito eleitoral, mas a subversão contra-revolucionária. Nem é difícil constatar e assinalar que entre eles figuram muitos dos que apoiaram os motins militares de Brasília e do Sindicato dos Metalúrgicos, bem como o motim presidencial do Automóvel Club, ao mesmo tempo em que corruptos e subversivos em passeio no estrangeiro já acorrem para aplaudir os amotinados de hoje. Não há, em tudo isso, simples coincidência, mas sim provocações e agitações coordenadas. E, mais ainda, em conexão com o plano internacional de domínio antidemocrático do Brasil.

Não há, pois, como negar que de uma firme aplicação das novas normas legislativas depende a própria segurança nacional. Segurança que jamais poderá ficar à mercê da mesma insignificante e audaciosa minoria que a 31 de março se encontrava a serviço da subversão e da corrupção. Hoje, sob a égide da lei, funcionam normalmente as instituições políticas, enquanto as Forças Armadas, coesas e livres de lideranças espúrias, conhecem e acatam seus verdadeiros chefes. Cumpre-nos, pois, ficar a postos, não permitindo que as liberdades democráticas sejam utilizadas como instrumentos de ação contra o regime e contra a Revolução, que prosseguirá a sua marcha no sentido da recuperação nacional.

Realmente, diante dos perigos, fáceis de avultarem ao sôpro de ambições desprovidas de ideal, não será prudente nos contentarmos com o frio papel de honrados e indiferentes espectadores. Devemos antes compreender que o pleito eleitoral não pode ser nem um torneio de corrupção, nem um prêmio de violências e sabotagem. Quanto a nós, seremos intransigentes na eliminação dos focos que pretendam fazer das eleições o caminho da intranquilidade nacional.

E nesse desideratum estamos certos de não nos faltar o apoio de quantos desejam preservar a nossa democracia, sempre que ameaçada pela traição de falsos defensores. Justifica-se, portanto, o interesse do Governo, responsável pela continuidade das instituições implantadas e fortalecidas pela Revolução, quanto à ação da Justiça Eleitoral, que se juntará ao Poder Executivo na defesa dos altos objetivos revolucionários, acima das facções e das pessoas, mas legalmente fiel aos ideais da Revolução. Pela sua própria natureza, e mais do que qualquer outro ramo do Judiciário, a Jus-

tiça Eleitoral é sensível e atenta para a realidade política do País, que não pode ignorar sem daí decorrerem graves conseqüências para tôda a vida nacional.

Falo a Vossas Excelências nas vésperas de eleições a serem em pouco realizadas. Nem há outra alternativa se não o voto para o aperfeiçoamento democrático. Mas, também devemos considerar não existir outra alternativa para o País senão a da existência de um govêrno legal e da Revolução. Esta é definitiva e irreversível.

Ao concluir, desejo renovar os meus agradecimentos e a minha confiança, assegurando à Justiça Eleitoral que, para a boa prática da importante tarefa que lhe está reservada, contará com o integral apoio e colaboração do Govêrno.